

A ÉTICA FAZ A DIFERENÇA: FORMAÇÃO X FORMATAÇÃO DE PROFESSORES

*Blanca Beatriz Díaz Alva
Núcleo de Pesquisa “Ética e Educação”
Programa de Pós-Graduação em Educação
Universidade Federal do Paraná*

A Formatação de Professores

A incorporação de uma lógica gerencial em todos os níveis do ensino nas últimas décadas, dando prioridade aos objetivos como à eficiência, motivados em parte pelo problema do fracasso escolar, estaria levando-nos, através da profissionalização, a um novo modelo de professor: ao especialista nas técnicas didáticas com a finalidade de conseguir, o “maior êxito” escolar possível medido pela máxima produtividade.

Nesse processo de especialização, segundo GIL (1996), encontramos dois grandes perigos na estratificação profissional: por um lado, a tendência dos professores a se organizarem em associações restritas a sua especificidade e, por outro, a perda de visão do conjunto como consequência da mesma especialização, algo extremamente negativo no campo da educação, pois, o autor citando Azevedo diz: “todo trabalho de formação para ser realmente profundo e eficaz implica em sua essência um conceito de vida e de mundo”. (p. 35)

A aparição dos novos especialistas relacionados com a educação, e a especialização do professor em novas tarefas trouxe, para o sistema de ensino, a organização tecnocrática, na qual não só a velha dimensão do conhecimento se sai mal senão também a dimensão ética. GIL (1996) assinala que para Pérez Gómez: “a formação do docente dentro do modelo de treinamento baseado nas competências constituiria um indicador do limitado e alienante modelo de racionalidade técnica ao situar o professor e o aluno fora do ensino dos valores que justificam sua atuação” (p. 37). Também, para Popkewitz, assinala o mesmo autor, esta ideologia tecnocrática termina impregnando a formação de professores através da confiança na pedagogia científica que identifica o problema do ensino com a detenção dos meios adequados para alcançar os fins propostos. Deste ponto de vista, a “razão instrumental” se apropria da formação, entendida como uma linguagem que projeta uma imagem de pensamento racional e de eficiência institucional que acaba por criar “uma visão da atividade humana muito especializada, fragmentada e impessoal” (p. 35-36).

A lógica que impregna a educação na atualidade é a lógica do mercado neoliberal, por isso a preocupação, na formação de professores, pela “qualidade” centrada na produtividade, para a qual o produto final, e não o processo, é o mais importante; fazer muito em pouco tempo, obter os maiores resultados através de processos os mais breves possíveis, como também saber muito de pouco, no caso do especialista. Infelizmente, esta ideologia neoliberal encontra eco nos âmbitos da educação.

Assim poderemos entender a grande preocupação e aflição por parte de alguns coordenadores de cursos de graduação e de pós-graduação diante da exigência em apresentar, aos organismos de financiamento, índices, médias, estatísticas, relatórios, cumprindo prazos exíguos, numa palavra o “produto” das atividades tanto dos alunos quanto dos professores que a instituição desenvolve durante o ano acadêmico esquecendo o processo educativo em si, processo sem o qual fica comprometido o crescimento humano e social. Essa é a exigência da política neoliberal apoiada pelo liberalismo clássico do *laissez-faire* e *laissez-passer* (*deixe fazer, deixe passar*) a qual não leva em conta a formação humana do futuro profissional. Desse modo a educação contribuirá com o aumento da produtividade da sociedade na medida em que “forme” indivíduos eficientes. Nesse esquema, o indivíduo que não tenha as características que essas políticas exigem será considerado incompetente, ineficaz e improdutivo, e a mesma sociedade o fará marginal, porque se constituirá em uma ameaça para a estabilidade de todo o sistema social (DÍAZ ALVA, 1991). Trata-se de uma racionalidade produtivista para a qual o sentido ético dos processos formativos e educacionais vaga a mercê das marés econômicas, sendo a crise de formação a expressão mais desenvolvida da crise social da sociedade moderna (ADORNO, 2000, p. 16).

Que conhecimentos necessitam, hoje em dia, os futuros professores para se formar como verdadeiros educadores e para formar os verdadeiros cidadãos? Que tipo de atitudes, aptidões, habilidades, disposições e valores necessita uma pessoa em formação para viver numa sociedade concreta em mudança constante? A formação de personalidades capazes de viver em sociedade, que é uma das finalidades da educação, não é pensada nem considerada na estruturação dos programas, pois, a preocupação está centrada mais na produção, como já vimos. A “formação” de indivíduos sem a devida ênfase no desenvolvimento da pessoa, é mais uma “formatação” que conduz à seleção de pessoas em relação ao mercado de

trabalho e à legitimação das diversas posições sociais, que à formação propriamente do cidadão ou do profissional.

Para Subirats: “...parte-se da idéia de que, de qualquer forma, a personalidade humana desenvolve-se por si mesma e de que a função da educação é dar instrumentos para o acesso a saberes relativamente codificados” (IMBERNÓN, 2000). Assim, as finalidades da educação parecem estar mais claras do que nunca, baseados na suposição de que ela, dentro da chamada “sociedade do conhecimento”, é um requisito indispensável para se viver nessa sociedade, sendo o conhecimento a grande produção de nosso tempo. Do exposto, o presente trabalho propõe-se ressaltar a importância da dimensão ética na formação de educadores, promovendo a reflexão crítica sobre essa “nova formação” que está sendo dada nas escolas e faculdades, que pode ser interpretada mais como uma “formatação”. A linguagem computacional moderna será idônea para essa discussão.

Inserir Conhecimentos e Editar Professores?

Nesta sociedade da informação e do conhecimento, parece ser que a educação, hoje em dia, e concretamente a educação brasileira nas universidades, tem um papel a desempenhar que é determinante para a existência das mesmas: “criar incompetentes sociais e políticos, realizar com a cultura o que a empresa realiza com o trabalho, isto é, parcelar, fragmentar, limitar o conhecimento e impedir o pensamento, de modo, a bloquear toda tentativa concreta de decisão, controle e participação, tanto no plano da produção material quanto da produção intelectual” (CHAUI, 2000, p. 46).

De essa afirmação podemos mais uma vez confirmar que o interesse não está mais na formação de alunos reflexivos e críticos e sim na formatação deles, isto é, o “enquadramento” sob um certo padrão de idéias e conhecimentos que são “inseridos” no aluno. Sob este ponto de vista, o aluno em formação não poderá criticar, nem expressar seus idéias, tem que calar ou concordar com tudo de acordo à política de turno de um determinado grupo. Seja certo ou seja errado é “mais prudente” calar! Deixará de ser ele para adquirir o pensamento de quem o está formando. Coitado daquele aluno que ouse questionar a forma como o professor dá aula, ou criticar o diretor por não estar de acordo com suas idéias, ou denunciar alguma injustiça. Se a situação do aluno “pensante” é esta,

quanto mais não será a de um professor que deverá estar de acordo totalmente com as diretrizes institucionais?

De fato, é a dimensão ética que lida com os aspectos críticos e reflexivos da formação, pois diz respeito ao desenvolvimento da autonomia da pessoa.

Na linguagem do computador, a palavra formatar, que aparece na barra de ferramentas nos indica de que forma desejamos que nosso texto seja feito: o estilo, o tamanho da fonte, alinhar o texto com margem para a esquerda ou para a direita, centralizar, justificar, numerar, bordas, marcadores, diminuir ou aumentar recuo e no final aparece a palavra autoformatação, o qual significa que agora o texto irá conformando-se sozinho quando o vamos trabalhando seguindo os padrões já assinalados. Aplicada esta terminologia da informática na estruturação de um texto à finalidade educacional veremos que grande é a violência que se está produzindo com o ser humano. “Violência” é tratar o ser humano como coisa. O objetivo educacional tem se invertido! O que se pode esperar, se a implantação de um sistema de ensino baseado na estruturação cujo modelo organizacional é o da grande empresa que têm como finalidade o rendimento, a burocracia como meio e as leis do mercado como condição? O Taylorismo é a regra. Isto significa, como afirma muito bem Marilena Chauí,

que a fragmentação não é casual ou irracional, mais deliberada, pois obedece ao princípio da empresa capitalista moderna: separar para controlar. Também significa a fragmentação do ensino, e da pesquisa é o corolário de uma fragmentação imposta à cultura e ao trabalho pedagógico pelas idéias de especialização e de competência, e sobretudo, que a reunificação do dividido não se fará por critérios intrínsecos ao ensino ou à pesquisa, mas por determinações extrínsecas, ou seja, pelo rendimento e pela eficácia (CHAUI, 2000, p. 56).

Trata-se de adaptar a formação às exigências de mercado, buscando relacioná-la a essa realidade, de modo que o futuro educador possa não só estar preparado em quanto conhecimento e habilidades senão também em quanto capacidade adaptativa às regras de jogo do modelo empresarial. Nossas universidades em vez de desenvolver a autonomia, formar indivíduos com capacidade reflexiva e crítica, aspectos esses que realizam a formação humana, produzem indivíduos enquadrados num sistema burocrático e impessoal que lhe impede a realização humana.

Na mesma linha GOERGEN (1999) manifesta que:

Neste contexto, os conhecimentos, técnicas e habilidades, oferecidos pela universidade são julgados a partir de seu potencial instrumentalizador, ou seja, pelo seu potencial de habilitar o indivíduo para o mercado do trabalho. Angústia inspiram-lhes as constantes e célebres mudanças deste mercado bem como a escassez de postos de trabalho num mundo em que a competitividade tornou-se uma verdadeira

lei da selva, todos elementos que dificultam a sua adaptação. Educação, portanto, é considerada instrumento para melhor competir, para chegar lá, para vencer para derrotar ao outro. Perde-se o sentido de formação humana integral e o sentido social da educação. Ao contrário na medida em que instrumentaliza e adapta, submete o indivíduo e, na medida em que promove a concorrência, a luta e a derrota dos outros, a educação tornou-se anti-humana e anti-social. É quase uma guerra, pois o desajuste ou mesmo o simples descompasso do indivíduo em relação à evolução autônoma do sistema pode significar o desinteresse do sistema por ele e seu conseqüente descarte (p.17)

Assim, não somos produtores de cultura, porque a universidade está estruturada de tal forma para que sua função seja: *dar a conhecer para que não se possa pensar* o seja [*Inserir conhecimentos*], adquirir e reproduzir para não criar e sim para *exibir*. Consumir, em lugar de realizar o trabalho da reflexão porque fomos formados só para *editar*. Porque conhecemos para não pensar, tudo quanto atravessa as portas da universidade só tem direito à entrada e à permanência se for reduzido a um conhecimento controlado e manipulado intelectualmente. É preciso que o real se converta em coisa morta para adquirir cidadania universitária (CHAUI, 2000, p. 62).

O que nos faz pensar é como a educação tem ficado tão fascinada com uma ideologia que vai contra ela mesma, que tão longe estamos da seguinte situação: “...como toda obra humana, a educação envolve uma finalidade que implica uma necessária referência axiológica, uma relação ao mundo dos valores, ou uma relação ao Bem. Esta referência constitui a dimensão ética do processo educativo. Ela contém a questão da finalidade, da destinação, do para que da educação. Tal finalidade consiste no cultivo e na formação do homem, no desenvolvimento pleno de suas disposições naturais, em sua elevação até o plano determinado pela idéia: sociedade cosmopolita de seres racionais, em que a liberdade de cada um concorda necessariamente com a liberdade de todos sob a égide da lei justa, que é a expressão da vontade legisladora universal” (MASSI & GIACÓIA, 1998, p. 353).

O que percebemos em nossas instituições, dia a dia, do lado do corpo docente, é uma adesão fascinada à modernização e aos critérios do rendimento, da produtividade e da eficácia. Parece incompreensível a atitude passiva daqueles professores que se deixam empolgar pela contagem de horas-aula, dos créditos [GED], dos prazos rígidos para conclusão das pesquisas, pela obrigatoriedade de subir todos os degraus da carreira, que são degraus burocraticamente definidos, do dever da presença física nos *campi*, para demonstrar prestação de serviços, pela confiança nos critérios quantitativos para exprimir realidades qualitativas, pela corrida aos cargos. Para muitos, a adesão ao “moderno”

aparece como abdicação do espírito de cultura. Não é bem verdade. Aqueles que aderiram ao mito da modernização simplesmente interiorizaram as vigas mestras da ideologia burguesa: do lado objetivo, a aceitação da cultura pelo viés da razão instrumental, como construção de modelos teóricos para aplicações práticas imediatas; do lado subjetivo, a crença na “salvação pelas obras”, isto é, a admissão de que o rendimento, a produtividade, o cumprimento de prazos e créditos, o crescimento do volume de publicações (ainda que sempre sobre o mesmo tema, nunca aprofundado porque apenas reescrito), são provas de honestidade moral e seriedade intelectual. Para boa parte dos professores, além do benefício dos financiamentos e convênios, a modernização significa que, enfim, a universidade se tornou útil e, portanto, justificável. Realiza a idéia contemporânea da racionalidade administrativa e alberga trabalhadores honestos. Em que pese à visão mesquinha da cultura aí implicada, a morte da arte de ensinar e do prazer de pensar, esses professores se sentem, enaltecidos pela consciência do dever cumprido, ainda que estúpido. Evidentemente, não entram aqui os casos de pura e simples má-fé, isto é, dos colegas que usam a universidade não tanto para ocultar sua incompetência, mas para vigiar e punir os que ousam pensar. (CHAUI, 2001, p. 63). Não será que os nossos colegas têm assimilado muito bem o modelo neoliberal? E os nossos alunos, como reagem atualmente diante dessa formatação? Talvez já estejam na fase da auto-formatação, onde o senso comum da moderna ideologia haja tomado conta de seu senso crítico.

Deletando Professores, uma Nova Fase

Na linguagem computacional a palavra “delete”, no teclado do computador, significar “apagar”, “excluir”, cancelar um texto ou mensagem ou documento, que consideramos não devemos tê-lo em nosso arquivo, é aquilo que não nos serve ou aquilo que consideramos inútil para o nosso trabalho.

Se a perspectiva da educação empresarial, marca do atual estágio do sistema capitalista de produção, exageradamente especializada e instrumentalizadora vai-se legitimando ou conformando na formação do aluno sem uma perspectiva de valorização e construção de uma identidade individual, o que podemos esperar do futuro professor? É claro que esta educação não emerge unicamente do interior das universidades, de sua cultura ou de sua programação curricular, ela é a expressão de um fenômeno social mais

complexo, mais amplo, que é a busca da ruptura entre o sujeito e o profissional próprio deste sistema. Mas que infelizmente ingressa no interior dos centros acadêmicos por meio de seus administradores burocratas.

Se a educação se dirige à promoção do homem, como afirma SAVIANI (1985), ela é um processo, empreendimento eminentemente humano, já que ela vai dirigida à realização do homem, que é o que justifica sua existência. A espécie humana é a única que carece ou se beneficia dela. É pela educação que o homem se arranca da total indeterminação de seu estado inicial e se dá a si mesmo uma forma, a forma da humanidade. A educação constitui, nesse sentido, o esforço histórico de autoconstituição da humanidade e, por meio dela, que o homem, chega a produzir por si mesmo, por intermédio da razão, o plano do próprio comportamento, como é apontado por MASSI E GAICÓIA (1998, p. 352).

Não será que estamos descuidando, ou talvez, negando, na formação dos futuros professores o caráter do eminentemente humano? Se é assim, estaremos “deletando” a pessoa do aluno professor. Não formará parte dessa formação a recuperação do fator humano tão descuidada, em nossos dias pela atual sociedade tecnológica que tanto afeta nossas universidades?. Não será necessário perguntar-nos, com a intenção de refletir sobre a essencialidade da realidade humana quem é o homem? quem é o ser humano?. Porque não poderíamos concluir que esta sociedade tecnológica é inumana se não tivéssemos primeiro uma resposta clara para essas perguntas. As competências pedagógicas não serão conseqüências desse conhecimento?. Evidentemente que não se trata de altas especulações nem sequer de buscar definições filosóficas sobre o ser homem, pois sabemos que o homem é um ser concreto e inesgotável, que não pode ser comprovado, só reconhecido como se reconhece uma pessoa, porque o homem não é susceptível de definição.

Trata-se de recuperar o ser humano numa sociedade onde todo deve ser tratado cientificamente e tecnicamente, por exemplo os próprios fenômenos psicológicos e sociais são submetidos à análise quantitativa, e parece que não pode haver verdadeira ciência que não obedeça a critérios matemáticos. Compreende-se, então, que nesta redução da realidade há um lugar muito pequeno para conceitos como dignidade humana, justiça, liberdade, pois, para a ciência esses conceitos soam como palavras sem nenhum significado porque pertence a uma linguagem que ela ignora completamente (NOGARE, 1977). Só uma

reflexão filosófica humanista poderia fundamentar estes valores, pois para os cientistas, metafísica, religião e todo o referente ao humano não passa, em geral, de mistificação da realidade. Tal desconhecimento do ser humano nos leva facilmente a excluir o aluno do processo de formação de educadores, isto é, a “deletá-lo”.

Para Concluir: “Salvar ou Salvar Como”

Também na barra de ferramentas de nossos computadores, entre o leque de opções que se nos apresenta, para salvar nossos escritos ou documentos, encontramos a palavra “salvar” e “salvar como”, o que nos permite salvar ou guardar os escritos ou mensagens que consideramos de importância.

A universidade além de produzir ciência e tecnologia, além de formar profissionais aptos para atuar no mercado de trabalho precisa transformar-se num espaço de reflexão crítica, num espaço público aberto à tematização das grandes questões da época (GOERGEN, 1999). Por “questões da época” entendemos as referentes a todo o que concerne à vida humana do indivíduo e da sociedade e à sua qualidade, assim como, no âmbito educacional, à qualidade de vida escolar, à qualidade de vida universitária, à qualidade do ensino, estas são as que ganham particular acuidade. No centro das preocupações referentes à vida humana está a reprodução assistida por técnicas sempre mais audaciosas; na outra extremidade da vida, colocam-se novas questões sobre o direito de morrer dignamente e sobre o recurso à eutanásia. Entre o nascimento e a morte, o ser humano é trabalhado pelos impactos da técnica, da industrialização, da concentração urbana que interferem, derrubam tradições milenares e tendem a nivelar a cultura planetariamente, é a globalização. Aliás, um ponto central em toda reflexão tem de ser o conceito de “dignidade” tanto da pessoa humana em seu aspecto global, um dos fundamentos do Estado Democrático de Direito, como em seus aspectos locais: dignidade do trabalhador, dignidade do professor, dignidade do aluno, etc. O ser humano tornou-se um problema em si mesmo e hoje mais do que nunca é importante a pergunta sobre sua natureza e sobre o que é natural ou artificial nele.

Aqui cabe a pergunta de como em nossas instituições de ensino superior, em particular nas nossas universidades, são apresentados, debatidos, discutidos, explicados e refletidos todos esses problemas. Nós, professores, estamos preparados para tal discussão?

Como formar nossos alunos e prepará-los ética e moralmente frente a todos esses desafios? Como formar os próprios professores para essa mudança de mentalidade? Seguindo Subirats novamente diremos que nesta chamada “sociedade de conhecimento”, a Educação precisa, mais do que transmitir conhecimentos, formar indivíduos capazes de procurar e manejar os conhecimentos de que precisam, isto é, adquirir *maturidade* social (SUBIRATS, 2000, p. 196).

As nossas universidades deviam ser essencialmente *casas de humanidades*. Temos que sublinhar esta afirmação face à insolente arremetida de aqueles que, confusamente amparados no progresso tecnológico, esquecem que o homem está no centro de toda autentica preocupação universitária. Advogar incessantemente pela defesa da *identidade do humano* obriga-nos a reconhecer que os professores antes de ser instrutores de disciplinas, como formadores de homens de mentalidade livre e crítica, respaldados por valores que se sustentam na moral e buscam apontar o espírito (CISNEROS, 2000).

Educar é iluminar caminhos, portanto, na atuação educativa não há como renunciar aos valores éticos, pois são eles que, ao desempenhar um papel central no sistema axiológico, determinam as motivações e os modelos de comportamento. Em consequência, a tarefa educadora se defrontará inevitavelmente com o problema existencial do homem face ao qual todos os demais problemas e indagações perdem sua razão de ser (HEEMANN, 1998, p. 10).

O que se exige eticamente dos professores encarregados de formar os futuros educadores é que respeitem os educandos e que,

...jamais por isso mesmo os manipulem. Daí, a vigilância com que devem atuar, com que devem viver intensamente sua prática educativa; daí seus olhos devendo estar sempre abertos, seus ouvidos, também, seu corpo inteiro aberto às armadilhas de que o chamado “currículo oculto” anda cheio. Daí a exigência que se devem impor de ir tornando-se cada vez mais tolerantes, de ir pondo-se cada vez mais transparente, de ir virando cada vez mais críticos, de ir fazendo-se cada vez mais curiosos. (FREIRE, 2001, p. 80).

Os professores, quanto mais tolerantes, quanto mais transparentes, quanto mais críticos, quanto mais curiosos e humildes fossem, tanto mais assumem autenticamente sua prática docente. É nessa perspectiva, indiscutivelmente progressista, moderna, que Paulo Freire entende a educação na pós-modernidade.

Referências

- ADORNO. T. Theodor W. Adorno. **Educação e Emancipação**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- CHAUI, M. **Escritos sobre a universidade**. São Paulo: Ed. UNESP, 2001
- CISNEROS, J. *Gaudeamus Igitur*. In: **Informe**. PUC, Lima-Perú, Ano XIII, n. 1, 2000.
- DIAZ ALVA, B. **De uma administração tecnicista a uma administração humana**. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação-Unicamp, 1991.
- DIAZ ALVA, B. *Persona, Pensamiento Utópico y Educación*. Comunicación presentada no Congreso sobre educación, formación y desarrollo (REDFORD). Habana, Cuba, 2001.
- FREIRE, P. **Pedagogia da Esperanza**. São Paulo: Paz e Terra, 2001
- GIL, F. **Sociología del profesorado**. Barcelona: Editora Ariel, S.A., 1996
- GOERGEN, P. Ciência e Mercado: O Papel do formador da universidade. In: **Proposições**, v. 8, n. 02 [23]. Março, 1999).
- HEEMANN, A. **Natureza e Ética**. Curitiba, Paraná: Ed. Da UFPR, 1998.
- IMBERNÓN, F. **A educação no século XX**. Porto Alegre: ARTMED, 2000
- MASSI, C. & GIACÓIA, O. Ética e Educação. IN: SERVINO, R. (Org). **Formação de Professores**. São Paulo: UNESP, 1998.
- NOGARE, P. **Humanismos e anti humanismos**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1977.
- SAVIANI, D. **Educação: do senso comum à consciência filosófica**. São Paulo: Ed. Cortez, 1996.
- SUBIRATS, M. A Educação do Século XXI: a Urgência de uma educação Moral. In: , F. (Org). **A Educação no Século XXI: Os desafios do Futuro imediato**. Porto alegre: ARTMED, 2000.

Programa de Pós-Graduação em Educação
Universidade Federal doParaná
Rua Gal. Carneiro, 460 – 1º andar
CEP. 80060-150 Curitiba, Pr

E-mail: beadoce@terra.com.br